

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA TERCEIRA REGIÃO

**CONCURSO PÚBLICO 01/2005
ETAPA N. 01
JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO
FEVEREIRO DE 2006**

ORIENTAÇÕES GERAIS

1. Esta prova contém 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, numeradas de 51 a 100.
2. Confira se o seu caderno está completo, solicitando outro aos fiscais, caso necessário.
3. Não perca tempo em questões cujas respostas lhe pareçam difíceis. Volte a elas se lhe sobrar tempo.
4. Esta prova terá o máximo de 04 (quatro) horas de duração, incluído o tempo destinado a transcrever as suas respostas. Controle o tempo! Só será permitida a saída do candidato após o decurso de 1 hora do início da prova, quando deverá deixar o prédio de realização das provas, sem conversar com outros candidatos.
5. A correta compreensão das questões é parte integrante da prova. Leia com bastante atenção os enunciados.
6. A folha de respostas não poderá ser rasurada, devendo ser marcada uma única opção para cada questão, sob pena de a resposta ser considerada errada.
7. Não é permitida a consulta a quaisquer textos.
8. Use apenas caneta de tinta azul ou preta.
9. O porte ou uso de telefone celular ou qualquer aparelho eletrônico durante a realização das provas é terminantemente vedado, não podendo sequer ser colocado sobre a mesa do candidato, devendo o aparelho ser desligado antes do início das provas.
10. Qualquer identificação ou sinal que identifique o candidato fora do impresso próprio, destinado a tal fim na folha de respostas, implicará na nulidade da prova.
11. Ao concluir a prova, o candidato deverá entregar apenas a folha de respostas ao fiscal da sala.

BOA SORTE!

51) Referindo-se a questão ao Direito Processual Civil, analise as proposições abaixo, todas elas atinentes à produção de prova no processo civil, para depois assinalar a opção correta:

I – Determinando o juiz que terceiro exhiba documento ou coisa e este se recusar, em qualquer caso, a efetuar a exibição, o juiz ordenará que proceda ao respectivo depósito em cartório ou em outro lugar, no prazo de 5 dias, impondo ao requerente o reembolso das despesas; descumprida a ordem, será expedido mandado de busca e apreensão, a ser cumprido com força policial, se necessário, sem prejuízo da responsabilidade do terceiro por crime de desobediência.

II – Determinando o juiz que a parte exhiba documento ou coisa que se ache em seu poder e esta se recusar a efetuar a exibição, o juiz ordenará que proceda ao respectivo depósito em cartório ou em outro lugar, no prazo de 5 dias, não havendo qualquer reembolso por despesas efetuadas; descumprida a ordem, será expedido mandado de busca e apreensão, a ser cumprido com força policial, se necessário, sem prejuízo da responsabilidade do terceiro por crime de desobediência.

III – O documento público faz prova não só da sua formação, mas também dos atos que o escreviam, o tabelião, ou o funcionário declarar que ocorreram em sua presença. Ainda quando o documento for feito por oficial incompetente, ou sem as formalidades legais, sendo subscrito pelas partes, conserva a mesma eficácia probatória do documento público.

IV – A confissão extrajudicial, feita por escrito a parte ou a quem a represente, a terceiro, ou contida em testamento, será livremente apreciada pelo juiz.

V – O juiz poderá determinar, de ofício ou a requerimento da parte, a realização de nova perícia, e, neste caso, a segunda perícia substituirá a primeira, que não terá qualquer valor probatório.

Assinale:

- a) Se apenas as alternativas I, II e III estiverem corretas.
- b) Se apenas as alternativas I, IV e V estiverem corretas.
- c) Se apenas as alternativas III e IV estiverem corretas.
- d) Se todas as alternativas estiverem corretas.
- e) Se todas as alternativas estiverem incorretas.

52) No âmbito do Direito Administrativo, considerando a responsabilidade civil do Estado, analise as proposições abaixo, para depois assinalar a alternativa correta:

I – No direito nacional, prevalece a teoria da responsabilidade objetiva, sob a modalidade do risco administrativo, sem os excessos da teoria do risco integral.

II – Para exercer o direito de regresso contra o servidor público, o Estado deve propor ação de indenização; todavia, como a responsabilidade do agente público é de natureza subjetiva, cabe ao Estado fazer prova do dolo ou culpa grave.

III – O direito de regresso do Estado em face do servidor público obedece às normas do Direito Civil.

IV – A pretensão do Estado a ser ressarcido pelo servidor público prescreve no prazo de três anos, previsto no Código Civil de 2002.

V – Por força de norma constitucional, estão sujeitos à responsabilidade objetiva as pessoas de direito privado da administração indireta, bem como os concessionários e permissionários de serviços públicos.

Assinale:

- a) Se apenas a proposição I é verdadeira.
- b) Se apenas a proposição V é falsa.
- c) Se as proposições III e IV são falsas.
- d) Se as proposições II e V são falsas.
- e) Se todas as proposições são verdadeiras.

53) Analise as proposições abaixo, todas elas ligadas ao Direito Individual do Trabalho, e assinale:

- a) Se apenas as alternativas I, IV e V estiverem corretas.
- b) Se apenas as alternativas II, III e IV estiverem corretas.
- c) Se apenas as alternativas I, III e V estiverem corretas.
- d) Se apenas as alternativas I, II e III estiverem corretas.
- e) Se todas as alternativas estiverem corretas.

I – O contrato de aprendizagem, assim entendido como aquele contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar formação técnico-profissional metódica, compatível com o desenvolvimento físico, moral e psicológico do aprendiz, pode ser validamente celebrado com quem tenha entre quatorze e vinte e quatro anos, desde que esteja inscrito em programa de aprendizagem.

II – O estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, sendo que o estagiário deverá receber bolsa, ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, mas a jornada de atividade em estágio deverá sempre ser compatível com o seu horário escolar.

III – O serviço voluntário não gera vínculo empregatício ou obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim, podendo ser concedido auxílio financeiro ao voluntário, quando prestar serviço à instituição privada sem fins lucrativos, mesmo que nela trabalhe parente seu até o segundo grau, mas não em entidade pública, quando nela trabalhar parente seu até esse mesmo grau, como forma de se evitar o nepotismo.

IV – O contrato de aprendizagem extingue-se-á no seu termo ou quando o aprendiz completar a idade máxima prevista no art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho, sendo que referido limite de idade não se aplica aos portadores de deficiência, extinguindo-se também em decorrência do desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz, em caso de falta disciplinar grave, ausência injustificada à escola que implique em perda do ano letivo ou, ainda, a pedido do aprendiz.

V – Nos exatos termos do art. 1º da Lei 6.494/77, apenas as pessoas jurídicas de Direito Privado, os órgãos de Administração Pública e as Instituições de Ensino podem aceitar estagiários.

54) Leia atentamente as proposições abaixo, todas elas formuladas no âmbito do Direito Civil, para depois assinalar a que estiver incorreta:

- a) Ao cônjuge casado pelo regime de comunhão parcial de bens é devida a meação das verbas trabalhistas pleiteadas judicialmente durante a constância do casamento, excluídas as verbas indenizatórias decorrentes da rescisão de contrato de trabalho, objeto da mesma ação, quando recebidas após a separação do casal.
- b) No regime de comunhão parcial, comunicam-se os bens que sobrevierem ao casal, na constância do casamento, mas não aqueles adquiridos por doação ou sucessão, e os sub-rogados em seu lugar.
- c) No regime de participação final nos aquestos, cada cônjuge possui patrimônio próprio, integrando-o os bens que cada cônjuge possuía ao casar e os por ele adquiridos, a qualquer título, na constância do casamento, e lhe cabe, à época da dissolução da sociedade conjugal, direito à metade dos bens adquiridos pelo casal, a título oneroso, na constância do casamento.
- d) O direito à meação não é renunciável, cessível ou penhorável na vigência do regime matrimonial de participação final nos aquestos.
- e) A administração e a disposição dos bens constitutivos do patrimônio particular, mesmo no regime de comunhão parcial, competem ao cônjuge proprietário, salvo convenção diversa em pacto antenupcial.

55) Sob a ótica do Direito Individual do Trabalho, analise as afirmativas abaixo, relativas ao descanso do trabalhador, e assinale a alternativa correta:

I – Não há norma constitucional nem infraconstitucional que autorize expressamente o descanso do trabalhador doméstico em feriados civis e religiosos.

II – O Decreto n. 27.048, de 12 de agosto de 1949 (Regulamento da Lei 605/1949) concede, em caráter permanente, permissão para o trabalho em dias de repouso (domingos e feriados civis e religiosos), nas atividades industriais, comerciais, de transporte, comunicação e publicidade, educação e cultura, serviços funerários e de agricultura mencionados em seu anexo.

III – A norma legal permite o trabalho aos domingos no comércio varejista, desde que o repouso semanal remunerado do empregado coincida com o domingo pelo menos uma vez no período máximo de quatro semanas, respeitadas as demais normas de proteção ao trabalho e outras previstas em acordo ou convenção coletiva.

IV – As derrogações temporárias ao repouso aos domingos poderão ocorrer em virtude de força maior ou de realização de serviços inadiáveis. Se o trabalhador for convocado para trabalhar aos domingos ou feriados em face de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízo ao empregador, é necessário que o empregador obtenha autorização prévia da Delegacia Regional do Trabalho e o período de convocação não poderá ultrapassar 90 dias úteis.

V – A remuneração do repouso corresponderá, para os que trabalham por peça ou comissões, o equivalente ao salário correspondente às tarefas ou peças feitas durante a semana, no horário normal de trabalho, dividido pelos dias de serviço efetivamente prestado ao empregador.

Assinale:

- a) Se apenas uma afirmativa for verdadeira.
- b) Se apenas duas afirmativas forem verdadeiras.
- c) Se apenas três afirmativas forem verdadeiras.
- d) Se apenas quatro afirmativas forem verdadeiras.
- e) Se todas as afirmativas forem verdadeiras.

56) Sob o prisma do Direito Coletivo do Trabalho, considerando a jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho, analise as proposições abaixo:

I – No direito positivo brasileiro a representação sindical por categorias é incompatível com a atuação sindical na defesa dos direitos e interesses coletivos, difusos e transindividuais dos trabalhadores.

II – O princípio da ultratividade consagrado no § 2º do art. 114 da CRF/88, implica que os empregados admitidos após a vigência da norma coletiva, delas se beneficiam.

III – Para fins de enquadramento sindical, entende-se por atividade preponderante a que caracterizar a unidade de produto, operação ou objetivo final, para cuja obtenção todas as demais atividades convirjam, exclusivamente, em regime de conexão funcional, prevalecendo a atividade que gerar maior faturamento ou absorver maior número de empregados.

IV - Em tempos de crise, cabe ao Poder Judiciário optar pela interpretação que se revela mais capaz de fortalecer a ação sindical, o que levou o Col. TST a reformular sua jurisprudência e permitir o desconto assistencial de todos os trabalhadores integrantes da categoria em favor das entidades sindicais, desde que aprovado em assembléia geral regular com a convocação de todos os interessados, por maioria de 2/3 dos mesmos.

V - O empregado de categoria diferenciada eleito dirigente sindical não goza de estabilidade ainda que exerça atividade pertinente à categoria profissional do sindicato para o qual foi eleito dirigente, se a empresa for de categoria econômica diversa da categoria profissional por ele representada.

Assinale:

- a) Se apenas as alternativas I e IV estiverem incorretas.
- b) Se apenas as alternativas III e IV estiverem incorretas.
- c) Se apenas as alternativas II e V estiverem incorretas.
- d) Se apenas as alternativas I, II e III estiverem incorretas.
- e) Se todas as alternativas estiverem incorretas.

57) Sendo a questão formulada sob a ótica do Direito Processual do Trabalho, observadas as normas contidas na Lei Complementar n. 75 de 20 de maio de 1.993, pode-se afirmar que são órgãos do Ministério Público do Trabalho, exceto:

- a) O Procurador-Geral do Trabalho, o Colégio de Procuradores do Trabalho e a Corregedoria do Ministério Público do Trabalho.
- b) O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho.
- c) A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Procuradores do Trabalho.
- d) Os Procuradores do Trabalho, os Procuradores Regionais do Trabalho e os Subprocuradores-gerais do Trabalho.
- e) A Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho.

58) Analise as questões abaixo, todas elas atinentes ao Direito Processual do Trabalho, atentando também para a jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho, e depois assinale a opção correta:

- a) A declaração de insuficiência econômica deve ser firmada pelo próprio empregado declarante, sendo certo que só poderá ser efetuada por advogado quando constar do mandato poderes específicos para tal fim.
- b) O *jus postulandi*, consistente na facultatividade do patrocínio advocatício no Processo do Trabalho, de acordo com o que dispõem os artigos 791 e 843 da Consolidação das Leis do Trabalho, beneficia o empregado e o empregador, inexistindo norma expressa no diploma consolidado ou legislação complementar para a extensão do benefício a outros reclamantes e reclamados, que postulem na Justiça do Trabalho, sem ostentar tal condição.
- c) A jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho evoluiu para entender devidos os honorários advocatícios ao Sindicato, ainda quando figure como substituto processual, desde que atendidos os requisitos da Lei 5584/70, posição esta consolidada por recente edição de súmula, com cancelamento da súmula 310/TST, que, dentre outros temas, tratava dos honorários advocatícios em caso de substituição processual, entendendo serem eles indevidos.
- d) Como na Justiça do Trabalho, por força do art. 14 da Lei 5.584/70, a assistência judiciária a que se refere a Lei 1.060/50, é prestada pelo Sindicato profissional a que pertencer o trabalhador, ele só fará jus ao benefício da assistência judiciária gratuita quando estiver demandando assistido pelo respectivo Sindicato de Classe.
- e) Dispondo o § 2º do art. 843 da Consolidação das Leis do Trabalho que o empregador pode fazer-se substituir por qualquer preposto, desde que tenha conhecimento do fato, cujas declarações obrigarão o preponente, a jurisprudência sumulada pelo Tribunal Superior do Trabalho evoluiu no sentido de ser desnecessária a condição de empregado para que a parte atue como preposto na Justiça do Trabalho, sobretudo quando se tratar de reclamação de empregado doméstico.

59) Sob o prisma do Direito Processual do Trabalho, analise as proposições abaixo e assinale a opção correta:

- a) Se apenas uma afirmativa for verdadeira.
- b) Se apenas duas afirmativas forem verdadeiras.
- c) Se apenas três afirmativas forem verdadeiras.
- d) Se todas as afirmativas forem verdadeiras.
- e) Se nenhuma das afirmativas for verdadeira.

I – A reclamação trabalhista do menor de 18 anos será feita por seus representantes legais e, na falta destes, pela Procuradoria da Justiça do Trabalho, pelo Sindicato ou, ainda, pelo Ministério Público estadual. Neste caso, a ordem estabelecida no art. 793 da Consolidação das Leis do Trabalho deverá ser rigorosamente observada, não sendo dado ao juiz nomear curador para o menor, já que a lei enuncia os órgãos que devem assisti-lo, na falta de seus representantes legais.

II – A incompetência de foro mencionada no § 1º. do art. 795 da Consolidação das Leis do Trabalho diz respeito à incompetência absoluta em razão da matéria. A despeito de a literalidade do termo “foro”, utilizado no dispositivo legal mencionado, referir-se a local, a incompetência em razão do lugar não pode ser declarada de ofício pelo juiz.

III – Sendo possível suprir a falta ou repetir o ato, não será pronunciada a nulidade no processo trabalhista, e, nesse caso, pode ser argüida até mesmo por quem lhe tiver dado causa, diante da inexistência de prejuízo para a parte contrária, já que haverá nova prática do ato, suprindo-se a falta. Sem prejuízo, não há nulidade.

IV – No processo do trabalho, as nulidades só serão declaradas mediante provocação das partes, não sendo cabível sua declaração de ofício pelo juiz em qualquer caso. Referido princípio foi adotado para privilegiar a celeridade processual, já que a Constituição da República assegura ao cidadão brasileiro direito à duração razoável do processo.

V – Ainda que determinado procedimento adotado pelo juiz pudesse ser reputado nulo, no âmbito do processo trabalhista, não haverá nulidade caso não resulte do ato manifesto prejuízo às partes. Assim, o indeferimento de prova testemunhal, quando o fato puder ser verificado por outro meio de prova existente nos autos não gera qualquer nulidade, por ausência de prejuízo.

60) Analise as proposições abaixo, todas elas atinentes ao direito das obrigações, versando a questão sobre Direito Civil, para depois assinalar a opção correta:

I – Tornando-se impossível a prestação do fato, sem culpa do devedor, resolver-se-á a obrigação, sem que responda por perdas e danos.

II – Nas obrigações alternativas, quando não se estipular de modo diverso, a escolha cabe ao credor.

III – Quando um dos devedores solidários falecer, deixando herdeiros, todos eles serão responsáveis pelo débito integral, pouco importando o valor de sua quota no quinhão hereditário, respeitadas apenas as forças da herança.

IV – Não importa renúncia da solidariedade a propositura de ação pelo credor contra um ou alguns dos devedores.

V - A despeito de a cessão do crédito não ter validade em relação ao devedor, salvo quando for a ele regularmente notificada, ainda assim o cessionário pode exercer os atos conservatórios do direito cedido, independentemente do conhecimento da cessão pelo devedor.

Assinale:

- a) Se apenas as alternativas I, IV e V estiverem corretas.
- b) Se apenas as alternativas I, II e III estiverem corretas.
- c) Se apenas as alternativas I, III e V estiverem corretas.
- d) Se apenas as alternativas II, III e IV estiverem corretas.
- e) Se apenas as alternativas I, II e IV estiverem corretas.

61) Analise as proposições abaixo, relativas à prova no Direito Processual do Trabalho e assinale a alternativa correta.

I – O instrumento normativo em cópia não autenticada possui valor probante, desde que não haja impugnação ao seu conteúdo, eis que se trata de documento comum às partes.

II – Ao prestar depoimento pessoal, não é permitido à parte utilizar-se, em qualquer hipótese, de escritos previamente preparados.

III – Não obstante o Direito do Trabalho admitir o contrato de trabalho tácito ou verbal, a Consolidação das Leis do Trabalho abre exceções, prevendo a produção de prova documental quanto a alguns atos, tais como: pagamento de salário, acordo de compensação e prorrogação de jornada, concessão e pagamento de férias, concessão de descanso à gestante.

IV – Mesmo na hipótese de revelia, havendo pleito de adicional de insalubridade ou periculosidade, o Juiz deverá determinar sua apuração mediante perícia, salvo quando houver nos autos instrumento da categoria que assegure tais direitos ao reclamante.

V – A testemunha que for parente até o quarto grau, por consangüinidade ou afinidade, amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes não prestará compromisso, e seu depoimento valerá como simples informação.

Assinale:

- a) Se apenas a alternativa IV estiver incorreta.
- b) Se apenas as alternativas II e III estiverem corretas.
- c) Se apenas as alternativas II e V estiverem incorretas.
- d) Se todas as alternativas estiverem corretas.
- e) Se todas as alternativas estiverem incorretas.

62) Sob o prisma do Direito Coletivo do Trabalho, considerando a jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho, analise as proposições abaixo:

I – As cláusulas obrigacionais, são aquelas que, quando inseridas nos instrumentos normativos, criam direitos e obrigações para os próprios convenientes que, nesta situação, atuam também na condição de partes, e não apenas de sujeitos estipulantes.

II - As cláusulas normativas destinam-se a regulamentar as relações de trabalho no âmbito das categorias envolvidas nas contratações coletivas, ou seja, as categorias profissional e econômica, representadas pelos sujeitos estipulantes das CCTs ou ACTs.

III - As normas coletivas principiológicas são herméticas, uma vez que demandam um processo de concretização mais intenso, caracterizando-se pela polivalência, isto é, disciplinam as relações contratuais com alto grau de especificidade e concreção, servindo de fonte normativa para criação de direitos, em razão da dimensão axiológica que lhes confere sentido ético.

IV - As decisões da CIPA serão tomadas, preferencialmente, por consenso, mas não havendo consenso, e frustradas as tentativas de negociação direta ou com mediação, será instalado processo de votação, cabendo ao presidente, em caso de empate, o voto de qualidade.

V - O dirigente sindical, se afastado de sua atividade na empresa, durante o exercício do mandato eletivo, e deixando de exercer atividade insalubre, perde o enquadramento no Regime Geral de Previdência Social - RGPS de antes da investidura, para fins de aposentadoria especial.

Assinale:

- a) Se apenas as alternativas I e IV estiverem corretas.
- b) Se apenas as alternativas I e II estiverem corretas.
- c) Se apenas as alternativas II e V estiverem corretas.
- d) Se apenas as alternativas I, II e III estiverem corretas.
- e) Se todas as alternativas estiverem corretas.

63) No Direito Individual do Trabalho, em relação à prescrição e à decadência, pode-se dizer que:

I – Suspende a prescrição o período compreendido entre a provocação da Comissão de Conciliação Prévia e a declaração de conciliação frustrada ou de esgotamento do prazo para a conciliação dos direitos ali discutidos.

II – A ação trabalhista, ainda que arquivada, interrompe a prescrição somente em relação aos pedidos idênticos.

III - Não é admissível a arguição da prescrição pelo Ministério Público do Trabalho, quando ele atua na condição de fiscal da lei.

IV – Na ação que objetive corrigir desvio funcional, a prescrição só alcança as diferenças salariais vencidas no período de 5 anos que precedeu ao ajuizamento; todavia, em se tratando de pedido de reenquadramento, a prescrição é total, contada da data do enquadramento do empregado.

V – O prazo prescricional para reivindicar diferenças de salário conta-se, para cada quitação, da data em que a mesma tenha sido efetuada, ou deveria ter sido efetuada; não havendo prova de pagamento em data anterior, considera-se como época própria, para fins de inclusão ou não de parcela não prescrita, o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a alternativa II está correta.
- b) Apenas a alternativa III está incorreta.
- c) As alternativas II e III estão corretas.
- d) Apenas a alternativa V está incorreta
- e) Todas as alternativas estão corretas.

64) Dentre as proposições abaixo, apenas uma delas contém afirmação incorreta, considerando-se o Direito Individual do Trabalho. Marque-a.

- a) Segundo jurisprudência iterativa do TST, não implica alteração contratual lesiva modificar a data do pagamento do salário do último dia útil do mês trabalhado para o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido.
- b) A transferência, em caso de extinção do estabelecimento em que o empregado trabalha, é alteração lícita e exceção à regra da inamovibilidade. Nesse caso, a recusa do empregado não configura exercício regular do direito de resistência.
- c) O radialista fará jus ao adicional de 45% sobre o salário, quando o exercício de qualquer função for acumulado com a responsabilidade de chefia.
- d) Ocorrendo extinção de função decorrente de automação, é legítimo o aproveitamento do empregado em cargo compatível, observada a compensação financeira prevista em regulamento de empresa, quando da admissão do empregado.
- e) A Consolidação das Leis do Trabalho determina que o empregador transfira o empregado mineiro do trabalho executado no subsolo para a superfície, sempre que o serviço de segurança e medicina do trabalho, por motivo de saúde, considerar necessária a medida.

65) Analise as proposições abaixo, todas elas formuladas sob inspiração do Direito Processual do Trabalho, atentando para a jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho, para depois assinalar a opção correta:

I – O reclamante que, por duas vezes seguidas, der causa ao arquivamento do processo, incorrerá na pena de perda, por seis meses, do direito de reclamar na Justiça do Trabalho. A pena será aplicada em face do arquivamento decorrente da ausência do empregado à audiência inicial, bem como pelo arquivamento de reclamações sujeitas ao procedimento sumaríssimo pelo não atendimento, por parte do reclamante, do disposto nos incisos I e II do artigo 852-B da Consolidação das Leis do Trabalho.

II – Tendo em vista o que consta do § 2º do artigo 477 da Consolidação das Leis do Trabalho, no sentido de que a quitação passada pelo empregado, por ocasião do acerto rescisório, só é válida em relação a parcelas especificadas no termo de rescisão, pode-se concluir, sem sombra de dúvidas, pela invalidade do acordo judicial, onde o empregado passa ao empregador “quitação pelo objeto do pedido e extinto contrato de trabalho”, exatamente por não haver descrição das parcelas acerca das quais a quitação foi extensiva.

III – Nos casos de reclamatórias plúrimas ou ações de cumprimento na Justiça do Trabalho, não é necessária a presença dos empregados na audiência, mesmo em hipótese na qual não seja alegada doença ou qualquer outro motivo ponderoso, podendo os empregados, validamente, fazer-se representar pelo Sindicato de sua categoria. A ausência dos empregados neste caso não gera o arquivamento da reclamação.

IV – Recebida e protocolada a reclamação, dentro de 48 horas será remetida a segunda via da petição ou do termo ao reclamado, com notificação no mesmo ato para comparecer à audiência de julgamento, marcada sempre para a primeira pauta desimpedida da Vara, em respeito ao princípio da celeridade processual.

V – Em caso de não comparecimento do reclamado à audiência, será ele considerado revel, salvo se representado por advogado, portando defesa e os documentos necessários à prova das alegações, uma vez que na Justiça do Trabalho vigora o princípio do contrato realidade, onde o que de fato ocorre na relação de emprego é o que prevalece, sendo que a realidade só poderá ser conhecida, com a apresentação da defesa e documentos.

Assinale a alternativa correta:

- a) Se apenas as alternativas I, III e V estiverem corretas.
- b) Se apenas as alternativas I, II e IV estiverem corretas.
- c) Se apenas as alternativas I e III estiverem corretas.
- d) Se todas as alternativas estiverem incorretas.
- e) Se apenas a alternativa III estiver correta.

66) A Convenção sobre os Direitos da Criança foi aprovada pela ONU em novembro de 1989 e ratificada pelo Brasil em 21 de novembro de 1990, mediante o Decreto nº. 99.710, que a efetivou como lei interna. Os Estados partes reconhecem o direito da criança de estar protegida contra a exploração econômica e contra o desempenho de qualquer trabalho que possa ser perigoso ou interferir em sua educação, ou que seja nocivo para sua saúde. Para implementar tal preceito, a Convenção prevê expressamente que os Estados partes devem adotar medidas legislativas, sociais e educacionais levando em consideração as disposições pertinentes de outros instrumentos internacionais, em particular.

- I – Estabelecer uma idade ou idades mínimas para admissão em empregos.
- II – Estabelecer regulamentação apropriada relativa a horários e condições de emprego.
- III – Disciplinar a formação técnico-profissional, observando a garantia de acesso e frequência ao ensino regular.
- IV – Assegurar ao adolescente portador de necessidades especiais trabalho protegido.
- V – Estabelecer penalidades e sanções para assegurar o cumprimento de tais medidas.

Assinale a alternativa correta:

- a) Se apenas um item estiver correto.
- b) Se apenas dois itens estiverem corretos.
- c) Se apenas três itens estiverem corretos.
- d) Se apenas quatro itens estiverem corretos.
- e) Se todos os itens estiverem corretos.

67) Com relação ao procedimento sumaríssimo, instituído no âmbito do Processo do Trabalho, é correto afirmar, exceto:

- a) Submete-se ao procedimento sumaríssimo todo dissídio individual cujo valor não exceda de quarenta vezes o salário mínimo vigente na data de ajuizamento da reclamatória.
- b) É desnecessário o registro do depoimento das partes e das testemunhas, bastando o registro resumido dos atos essenciais, das afirmações fundamentais das partes e informações úteis à solução da causa trazidas pelas testemunhas.
- c) Não há necessidade de requerimento prévio das provas, já que serão todas elas produzidas na audiência de instrução e julgamento.
- d) É admissível no procedimento sumaríssimo, a despeito de a reclamação dever ser apreciada no prazo máximo de quinze dias do seu ajuizamento, a produção de prova pericial.
- e) Quando a reclamatória for formulada, sem pedido certo ou determinado, com indicação do valor correspondente, ou ainda em caso de incorreta indicação do nome e endereço do reclamado, será ela arquivada, condenando-se o reclamante ao pagamento de custas.

68) Analise as proposições abaixo, todas elas formuladas sob a ótica do Direito Processual do Trabalho e assinale:

- a) Se apenas as alternativas I, II e IV estiverem corretas.
- b) Se apenas as alternativas II, IV e V estiverem corretas.
- c) Se apenas as alternativas I, II e V estiverem corretas.
- d) Se apenas as alternativas III, IV e V estiverem corretas.
- e) Se apenas as alternativas I, III e IV estiverem corretas.

I – A antecipação de tutela, nos termos do art. 273 do Código de Processo Civil, aplica-se ao processo trabalhista, por força do art. 769 da Consolidação das Leis do Trabalho, em face da omissão das leis trabalhistas e compatibilidade dos institutos.

II – Mostrando-se incontroverso um ou mais dos pedidos cumulados, ou parcela deles, é possível conceder-se a antecipação de tutela, independentemente da existência de fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação ou, tampouco, da caracterização do abuso de direito de defesa.

III – Havendo prova inequívoca da verossimilhança da alegação, o juiz pode, apenas por essa razão, deferir a tutela antecipada no processo do trabalho, por ser a prova existente nos autos suficiente para convencê-lo da legitimidade da postulação.

IV – Quando for postulada, a título de antecipação de tutela, providência de natureza cautelar, não poderá ser ela deferida, já que o processo cautelar tem rito próprio e pressupostos incompatíveis com sua apreciação no corpo do processo principal, do qual é sempre dependente, devendo ser os autos do processo cautelar apensados aos do processo principal.

V – A tutela antecipada só será concedida quando não houver perigo de irreversibilidade do provimento antecipado e poderá, em qualquer caso e tempo, ser revogada ou modificada, em decisão fundamentada.

69) Em face das normas do Código de Processo Civil, pode-se afirmar que:

I – Quando o advogado que exceder o prazo legal for intimado e não devolver os autos dentro de 24 horas, perderá o direito à vista fora do cartório, além de arcar com pagamento de multa equivalente a meio salário mínimo legal.

II – Os prazos são computados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento. Serão prorrogados para o primeiro dia útil apenas quando seu vencimento recair em feriado ou em final de semana. Também quanto ao início dos prazos, tem-se que só começam a correr a partir do primeiro dia útil após a intimação.

III – O serventuário deve remeter os autos conclusos ao juiz em 24 horas, cabendo-lhe executar os atos processuais em 48 horas, sempre contados da data em que houver concluído o ato processual anterior, se lhe foi imposto pela lei, ou da data em que tiver ciência da ordem, quando determinada pelo juiz.

IV - Estando as partes de acordo, poderão reduzir ou prorrogar os prazos processuais.

V – Quando o juiz exceder os prazos previstos em lei, poderá sofrer representação junto ao presidente do Tribunal, por iniciativa de qualquer das partes, bem como do Ministério Público, sendo instaurado procedimento para apuração da responsabilidade. Entretanto, o juiz poderá, em qualquer grau de jurisdição, quando houver motivo justo, exceder os prazos fixados pelo Código de Processo Civil, por tempo igual ao previsto para a prática do ato.

Leia as afirmativas acima e assinale:

- a) Se apenas os itens I, III e V estiverem corretos.
- b) Se apenas os itens I, II e III estiverem corretos.
- c) Se apenas os itens III, IV e V estiverem corretos.
- d) Se apenas os itens II, III e IV estiverem corretos.
- e) Se apenas os itens I, II e V estiverem corretos.

70) Tendo em vista as normas do Direito Administrativo e a legislação que disciplina as agências reguladoras, são corretas as afirmativas abaixo, à exceção de:

- a) Para evitar o tráfico de influência, o ex-dirigente fica impedido de prestar qualquer serviço no setor público ou a empresa integrante do setor regulado pela respectiva agência, por um período de quatro meses, contado do término do seu mandato, mas durante o impedimento, ficará vinculado à agência, fazendo jus à remuneração equivalente à do cargo de direção que exerceu.
- b) Os Conselheiros e os Diretores das Agências Reguladoras somente perderão o mandato em caso de renúncia, de condenação judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar.
- c) Não se aplica a regra do impedimento descrita na letra “a” desta questão, ao ex-servidor exonerado a pedido, ainda quando já tiver cumprido tempo igual ou superior a seis meses do mandato.
- d) Além dos deveres e das proibições previstos na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, é vedado aos servidores em efetivo exercício nas Agências Reguladoras, prestar serviços, ainda que eventuais, a empresa cuja atividade seja controlada ou fiscalizada pela entidade, salvo os casos de designação específica.
- e) A execução orçamentária e financeira das Agências Executivas observará os termos do contrato de gestão e não se sujeitará a limites nos seus valores para movimentação, empenho e pagamento.

71) Analise as proposições abaixo, que se referem ao Direito Processual do Trabalho, marcando a opção correta:

- a) Sendo a execução processada por carta precatória, no caso de oposição dos embargos à execução, são eles julgados pelo juízo deprecado, que é o responsável pela execução.
- b) Não há cogitar, em hipótese alguma, de oitiva de testemunhas na fase de embargos à execução, já que a matéria de defesa é restrita às alegações de cumprimento da decisão ou do acordo, quitação ou prescrição, nos termos do §2º do artigo 884 da Consolidação das Leis do Trabalho, cuja prova é essencialmente documental.
- c) A exceção de pré-executividade, como recurso novo na fase de execução, é admitida para aqueles casos em que o executado é parte manifestamente ilegítima, sem que haja necessidade de apreensão de bens no seu patrimônio, sendo admissível também quando versa sobre matérias próprias dos embargos à execução, nas hipóteses em que o executado não dispõe de bens suficientes para a garantia da execução.
- d) Quando o juiz, após elaborada a conta e tornada líquida a decisão, optar por abrir às partes prazo sucessivo de 10 (dez) dias para impugnação fundamentada com indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão, caso as partes deixem decorrer o prazo concedido, sem qualquer manifestação, opera-se a preclusão, nos termos do § 2º do art. 879 da Consolidação das Leis do Trabalho.
- e) No caso de conciliação, o termo que for lavrado valerá como decisão irrecorrível, inclusive quanto às contribuições previdenciárias, que decorrem do ajuste realizado entre as partes e serão executadas nos termos do ajuste reduzido a termo.

72) A respeito do mandado de segurança no âmbito do Processo do Trabalho, observada a jurisprudência sumulada pelo Tribunal Superior do Trabalho, é correto afirmar que:

- a) É possível impugnar através do mandado de segurança a antecipação de tutela concedida em sentença, já que o recurso ordinário é recebido, via de regra, apenas no efeito devolutivo, podendo a execução imediata gerar ofensa a direito líquido e certo do impetrante.
- b) Como nas demais ações, verificando o juiz que o mandado de segurança foi impetrado sem que a petição inicial se fizesse acompanhar de documento indispensável, deverá determinar que a parte supra a falta, nos termos do art. 284/CPC.
- c) Negando-se o juiz a conceder certa liminar ou a homologar determinado acordo, nos termos apresentados pelas partes, surge direito líquido e certo tutelável pela via do mandado de segurança, que poderá ser por elas manejado.
- d) Na pendência de agravo de petição, o prosseguimento da execução, quanto a tópicos e valores não especificados no agravo, fere direito líquido e certo do executado, que poderá validamente impetrar mandado de segurança, já que não pode haver execução definitiva, sem o respectivo trânsito em julgado da liquidação de sentença.
- e) Não fere direito líquido e certo do impetrante ato judicial que determina penhora em dinheiro do executado para garantia do crédito exequendo, inclusive em se tratando de execução provisória, salvo quando forem nomeados outros bens à penhora, pois o executado tem direito a que a execução se processe da forma que lhe seja menos gravosa, nos termos do art. 620 do CPC.

73) No campo do Direito Constitucional, versando a questão sobre a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade, é correto afirmar, exceto:

- a) Podem ser propostas exclusivamente pelo(a): Presidente da República, Mesas do Senado Federal, Câmara dos Deputados, da Assembléia Legislativa ou Câmara Legislativa do Distrito Federal, Governador de Estado ou do Distrito Federal, Procurador-Geral da República, Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, partido político com representação no Congresso Nacional e confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.
- b) É prevista a declaração de inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, e, quando acolhida, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias, e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias.
- c) Quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Procurador-Geral da República, que defenderá o ato ou texto impugnado.
- d) O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas três esferas de poder.
- e) A provocação ao Supremo Tribunal Federal para a aprovação, revisão ou cancelamento de súmula vinculante em matéria constitucional, sem prejuízo do que for estabelecido em lei, poderá ser efetuada por aqueles que podem propor a ação direta de inconstitucionalidade.

74) Sob as luzes do Direito Processual do Trabalho, respeitada a jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho, é incorreto afirmar, exceto:

- a) Ao proferir a sentença normativa o Tribunal fixará a data em que a decisão deve entrar em execução, bem como o prazo de sua vigência, o qual não poderá ser superior a quatro anos.
- b) A representação dos sindicatos para instauração da instância fica subordinada à aprovação de assembléia, da qual participem os associados interessados na solução do dissídio coletivo, em primeira convocação, por maioria de 2/3 (dois terços), ou, em segunda convocação, por 1/3 (um terço) dos mesmos.
- c) Na execução de sentença normativa é vedada a discussão sobre a matéria de fato e de direito já apreciada na decisão, mas a execução só se torna definitiva com o trânsito em julgado da sentença.
- d) Por ser obrigatória a participação sindical nas negociações coletivas, quando não houver sindicato representativo da categoria econômica ou profissional, poderá a representação do dissídio coletivo ser instaurada pelas federações correspondentes, na falta destas, confederações respectivas, no âmbito de sua representação ou central sindical de maior representação, no âmbito da categoria.
- e) O prazo para apresentação de defesa, no dissídio coletivo, uma vez frustrada a conciliação, é de 8 (oito) dias após o encerramento da fase conciliatória.

75) No contexto do Direito Internacional e Comunitário, tendo em vista as convenções internacionais da OIT, é incorreto afirmar, exceto:

- a) Para os fins da Convenção Internacional do Trabalho n° 171, promulgada pelo Brasil, através do Decreto n° 5005/04, todos os trabalhadores assalariados, com exceção daqueles que trabalham na agricultura, pecuária, pesca, transportes marítimos e na navegação interior, a expressão "trabalho noturno" designa todo trabalho que seja realizado durante um período de pelo menos sete horas consecutivas, que abranja o intervalo compreendido entre a meia noite e as cinco horas da manhã e que será determinado pela autoridade competente mediante consulta prévia com as organizações mais representativas dos empregadores e de trabalhadores ou através de convênios coletivos.
- b) Nos termos da Convenção Internacional de Trabalho n° 132, a duração das férias não deverá, em caso algum, ser inferior a 15 dias de trabalho, por 1 (um) ano de serviço.
- c) Nos termos da Convenção Internacional de Trabalho n° 132, os dias feriados oficiais ou costumeiros, quando se situarem dentro do período de férias anuais, serão computados como parte do período mínimo de férias anuais.
- d) Nos termos da Convenção Internacional de Trabalho n° 138, não será inferior a dezesseis anos a idade mínima para a admissão a qualquer tipo de emprego ou trabalho que, por sua natureza ou circunstâncias em que for executado, possa prejudicar a saúde, a segurança e a moral do adolescente.
- e) Todo Membro que tenha ratificado a Convenção Internacional n° 182 sobre a Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e a Ação Imediata para a sua Eliminação poderá denunciá-la ao expirar um período de dez anos, a partir da data em que tenha entrado em vigor, surtindo efeito imediatamente após o registro da ata encaminhada ao Diretor-Geral da Repartição Internacional do Trabalho.

76) Sob o prisma do Direito Processual do Trabalho, considerando também a jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho, analise as proposições abaixo:

I – O dissídio coletivo para solução do conflito, em caso de greve, ainda que haja conturbação da ordem pública e atinja atividades essenciais, com possibilidade de lesão do interesse público, não mais pode ser instaurado pelo Presidente do Tribunal do Trabalho.

II – Em face da Emenda Constitucional nº 45, cabe à Justiça do Trabalho decidir quanto a litígios decorrentes de atos anti-sindicais, entre sindicatos e empresas, inclusive danos morais e materiais relacionados ao exercício do direito de greve.

III – Cabem embargos infringentes interpostos contra decisão não unânime proferida em processo de dissídio individual de sua competência originária, na hipótese de rescisória.

IV – O pedido para se atribuir efeito suspensivo ao recurso ordinário interposto em dissídio coletivo, de competência originária dos TRTs, é dirigido ao Presidente do respectivo Tribunal que, analisando os pressupostos de admissibilidade do recurso, decidirá de forma fundamentada.

V – Na substituição processual, que passou a ser ampla e irrestrita, os sindicatos estão legitimados para defender direito próprio, mesmo agindo em nome dos membros da categoria que representa.

Assinale:

- a) Se apenas as alternativas I, III e IV estiverem incorretas.
- b) Se apenas as alternativas I, II e IV estiverem incorretas.
- c) Se apenas as alternativas III, IV e V estiverem incorretas.
- d) Se apenas as alternativas I, II e III estiverem incorretas.
- e) Se todas as alternativas estiverem incorretas.

77) No âmbito do Direito Previdenciário, relativamente ao acidente de trabalho, não é correto afirmar que:

- a) Considera-se acidente de trabalho o acidente sofrido pelo segurado no local e horário de trabalho em consequência de desabamento, inundação, incêndio e outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior.
- b) Considera-se acidente de trabalho o acidente sofrido pelo segurado fora do local e do horário de trabalho em viagem a serviço da empresa.
- c) Equipara-se a acidente de trabalho a doença proveniente de contaminação acidental do segurado-empregado no exercício de sua atividade.
- d) Considera-se acidente de trabalho o acidente sofrido pelo segurado no local e horário de trabalho, em consequência de sabotagem ou terrorismo praticado por terceiro.
- e) Equipara-se a acidente de trabalho o acidente sofrido pelo segurado, ainda que fora do local e do horário de trabalho, em consequência de ofensa física intencional, por motivo de disputa relacionada ao trabalho.

78) No âmbito do Direito Processual Civil, analise as proposições abaixo:

I – São deveres das partes e de todos aqueles que de qualquer forma participam do processo, não criar embaraços à efetivação de provimentos judiciais, de natureza antecipatória ou final, cujo descumprimento constitui ato atentatório ao exercício da jurisdição, podendo o juiz, sem prejuízo das sanções criminais, civis e processuais cabíveis, aplicar ao responsável, sem exceção, multa em montante a ser fixado de acordo com a gravidade da conduta e não superior a vinte por cento do valor da causa.

II – A sentença de improcedência na demanda acarreta, por si só, independentemente de menção expressa a respeito, a revogação da medida antecipatória com eficácia imediata e *ex tunc*.

III - É cabível, mesmo contra a Fazenda Pública, a cominação de multa diária (*astreintes*) como meio executivo para cumprimento de obrigação de fazer ou entregar coisa.

IV - Para a efetivação da tutela específica ou a obtenção do resultado prático equivalente, poderá o juiz determinar as medidas necessárias, tais como a imposição de multa por tempo de atraso, busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas, desfazimento de obras e impedimento de atividade nociva, se necessário com requisição de força policial, mas sempre a requerimento da parte, pois nos termos do art. 2º do CPC, nenhum juiz prestará a tutela jurisdicional senão quando a parte ou o interessado a requerer.

V - A multa pecuniária prevista no art. 461, § 4º, do CPC, é de caráter coercitivo e moralizador das funções judiciárias, atuando duplamente ao forçar o devedor à execução imediata da obrigação, podendo ser arbitrada pelo Juiz, sem qualquer limitação.

Analise e marque a alternativa correta:

- a) Se apenas as alternativas I, II e IV estiverem corretas.
- b) Se apenas as alternativas II, III e IV estiverem corretas.
- c) Se apenas as alternativas III e IV estiverem corretas.
- d) Se apenas as alternativas I, IV e V estiverem corretas.
- e) Se apenas as alternativas II, III e V estiverem corretas.

79) Considerando o disposto na Lei de Introdução ao Código Civil, sendo a questão formulada no campo do Direito Civil, analise as proposições abaixo:

I - Consideram-se lei nova, para fins de contagem da *vacatio legis*, as correções a texto de lei em vigor.

II - A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível e ainda quando regula inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior. O mesmo ocorre quando a lei nova estabelece disposições gerais ou especiais a par das já existentes.

III - O efeito repristinatório automático das leis não se encontra amparado pelo direito vigente no nosso país.

IV - A obrigatoriedade da lei brasileira em Estados estrangeiros, quando admitida, só tem início 3 meses depois da sua publicação oficial.

V - Sempre que os Governos Estaduais elaborarem leis por autorização do Governo Federal, a sua vigência depende da aprovação deste, começando no prazo que a legislação estadual fixar.

Agora assinale:

- a) Se todas as alternativas estiverem corretas.
- b) Se apenas quatro alternativas estiverem corretas.
- c) Se apenas três alternativas estiverem corretas.
- d) Se apenas duas alternativas estiverem corretas.
- e) Se apenas uma alternativa estiver correta.

80) No âmbito do Direito Comercial, considerando os direitos básicos do consumidor previstos no art. 6º. da Lei 8.078, de 11.09.1990 (Código de Defesa do Consumidor), analise as alternativas abaixo, assinalando a incorreta:

- a) A adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral.
- b) A proteção da vida, saúde e segurança contra riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos.
- c) A proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos e desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços.
- d) A efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos.
- e) A participação e consulta na formação das políticas que os afetam diretamente, e a representação de seus interesses por intermédio de entidades públicas ou privadas de defesa do consumidor.

81) Em face do Direito Processual do Trabalho, e considerando as normas que regem a interposição dos recursos, inclusive a jurisprudência uniforme do Colendo Tribunal Superior do Trabalho, analise as proposições abaixo:

I – Para justificar a interposição do recurso de revista, pelo prisma da divergência pretoriana, são imprestáveis as decisões das turmas do Tribunal Superior do Trabalho, servindo apenas aquelas proferidas pela Seção de Dissídios Individuais (SDI) e Seção de Dissídios Coletivos (SDC).

II - Contra a decisão monocrática que negar seguimento ao recurso de revista, cabe agravo interno no prazo de 8 (oito) dias.

III – Para a admissibilidade do recurso de revista e de embargos por violação, não há necessidade da indicação expressa do dispositivo de lei ou da Constituição tido como violado, desde que na decisão impugnada haja sido adotada, explicitamente, tese a respeito.

IV - Incumbe à parte interessada, desde que a matéria haja sido invocada no recurso principal, opor embargos declaratórios objetivando o pronunciamento sobre o tema, sob pena de preclusão.

V - Não obstante opostos embargos de declaração, considera-se prequestionada a questão jurídica invocada no recurso principal sobre a qual se omite o Tribunal de pronunciar tese.

Assinale:

- a) Se apenas as alternativas I, III e IV estiverem corretas.
- b) Se apenas as alternativas I, II e IV estiverem corretas.
- c) Se apenas as alternativas III, IV e V estiverem corretas.
- d) Se apenas as alternativas II, IV e V estiverem corretas.
- e) Se todas as alternativas estiverem corretas.

82) Sob a ótica do Direito Constitucional, analise as proposições abaixo, todas relativas aos princípios que regem a República Federativa do Brasil, nas suas relações internacionais, conforme o disposto no art. 4º, da Constituição da República, para depois assinalar a alternativa correta.

I – Defesa da paz e solução pacífica dos conflitos.

II – Independência nacional, não-intervenção, autodeterminação dos povos.

III – Igualdade entre os Estados e reciprocidade de tratamento.

IV – Cooperação entre os povos e livre circulação de pessoas e bens.

V – Prevalência dos direitos humanos, repúdio ao terrorismo e ao racismo e concessão de asilo político.

Assinale:

- a) Se apenas as proposições III e IV forem falsas.
- b) Se apenas as proposições II e IV forem falsas.
- c) Se apenas as proposições I, II e III forem verdadeiras.
- d) Se apenas as proposições I e III forem verdadeiras.
- e) Se apenas as proposições III, IV e V forem verdadeiras.

83) Na perspectiva do Direito Processual Civil e considerando as regras contidas no Código de Processo Civil, analise as proposições abaixo e assinale a alternativa correta:

I – Se, depois da propositura da ação, algum fato constitutivo, modificativo ou extintivo do direito influir no julgamento da lide, caberá ao juiz tomá-lo em consideração, de ofício ou a requerimento da parte, no momento de proferir a sentença.

II – Nos termos do § único do artigo 459 do Código de Processo Civil, o juiz pode proferir sentença ilíquida ainda que o autor tenha formulado pedido certo, relegando à fase de liquidação a apuração dos valores.

III – Para a efetivação da tutela específica ou para a obtenção do resultado prático equivalente, o juiz poderá, apenas a requerimento da parte ou do Ministério Público, nos casos em que couber intervir, determinar as medidas necessárias, tais como a busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas, desfazimento de obras, impedimento de atividade nociva.

IV – Não faz coisa julgada a apreciação da questão prejudicial, decidida incidentalmente no processo.

V – O juiz somente está autorizado a decidir novamente as questões já decididas relativas à mesma lide, quando, em relação jurídica de natureza continuativa sobreveio modificação no estado de fato ou de direito. Neste caso, a parte poderá pedir a revisão do que foi estatuído em sentença.

Assinale:

- a) Se apenas a alternativa I estiver incorreta.
- b) Se apenas as alternativas III e V estiverem corretas.
- c) Se apenas as alternativas I e IV estiverem corretas.
- d) Se todas as alternativas estiverem corretas.
- e) Se todas as alternativas estiverem incorretas.

84) Sob a ótica do Direito Penal, analise as afirmações abaixo, para depois escolher a opção correta:

I – Constitui crime contra a organização do trabalho o fato de constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a celebrar contrato de trabalho, sujeitando-se o infrator a pena de reclusão, sem prejuízo da multa que lhe será imposta.

II – O fato de invadir ou ocupar estabelecimento industrial, comercial ou agrícola, com o intuito de impedir ou embaraçar o curso normal do trabalho, não constitui crime, quando necessário ao exercício do direito de greve.

III – Constitui crime de paralisação de trabalho de interesse coletivo o fato de uma pessoa participar de suspensão ou abandono coletivo de trabalho, provocando a interrupção de obra pública ou serviço de interesse coletivo. Os incursos neste tipo penal sujeitam-se a pena de detenção de 6 meses a 2 anos, e multa.

IV – Não se pode constranger qualquer pessoa a participar ou deixar de participar de determinado sindicato ou associação profissional, o que fere a liberdade sindical, assegurada constitucionalmente. Entretanto, a conduta só é tipificada como crime, quando o referido constrangimento se der mediante violência ou grave ameaça.

V – Sujeita-se à pena de detenção de 3 meses a 1 ano aquele que constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a abrir ou fechar o seu estabelecimento de trabalho.

Em face das afirmativas acima, assinale:

- a) Se apenas as alternativas I, II e III estiverem corretas.
- b) Se apenas as alternativas III, IV e V estiverem corretas.
- c) Se apenas as alternativas I, II e V estiverem corretas.
- d) Se apenas as alternativas II, III e IV estiverem corretas.
- e) Se todas as alternativas estiverem corretas.

85) Sob a ótica do Direito Processual do Trabalho e com base na jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho, analise as proposições abaixo relativas à ação rescisória. Em seguida, assinale a alternativa correta:

I – Uma questão processual pode ser objeto de rescisão, desde que consista em pressuposto de validade de uma sentença de mérito.

II – A decisão homologatória de liquidação não comporta ação rescisória, ainda que tenha enfrentado e decidido controvérsia suscitada pelas partes.

III – Na ação rescisória, o litisconsórcio – seja o ativo, seja o passivo - é necessário, porque supõe uma comunidade de direitos ou de obrigações que não admite solução díspar para os litisconsortes, em face da indivisibilidade do objeto.

IV – A revelia não produz os efeitos da confissão na ação rescisória.

V – O Ministério Público tem legitimidade *ad causam* para propor ação rescisória, ainda que não tenha sido parte no processo que deu origem à decisão rescindenda.

Assinale:

- a) Se apenas a alternativa IV está incorreta.
- b) Se apenas as alternativas II e III estão incorretas.
- c) Se apenas as alternativas II e V estão corretas.
- d) Se todas as alternativas estão corretas.
- e) Se todas as alternativas estão incorretas.

86) Considerando o Direito Constitucional e as normas consagradas na Constituição da República, assinale a alternativa correta:

- a) A Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos do decreto que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo e Legislativo.
- b) Na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe à Advocacia Geral da União.
- c) Os servidores integrantes das carreiras da Advocacia Pública e Defensoria Pública serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.
- d) O ingresso em qualquer classe das carreiras da Advocacia Geral da União far-se-á mediante concurso público de provas e títulos.
- e) Aos procuradores dos Estados, Distrito Federal e Territórios é assegurada estabilidade após dois anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias.

87) Em relação aos bens, tendo em vista o Direito Civil e as disposições do Código Civil vigente, pode-se afirmar que:

- I - São fungíveis os móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade e consumíveis os bens móveis cujo uso importa destruição imediata da própria substância, sendo também considerados tais os destinados à alienação.
- II - Constitui universalidade de direito o complexo de relações jurídicas, de uma pessoa, dotadas de valor econômico e universalidade de fato a pluralidade de bens singulares que, pertinentes à mesma pessoa, tenham destinação unitária.
- III - São pertenças os bens que, constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro.
- IV - Salvo se o contrário resultar da lei, da manifestação de vontade, ou das circunstâncias do caso, os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal abrangem as pertenças.
- V - Perdem sua qualidade de móveis os bens materiais destinados a alguma construção de prédio, quanto nela empregados, readquirindo essa qualidade os provenientes da demolição.

Assinale:

- a) Se apenas as alternativas I e V estão corretas.
- b) Se apenas as alternativas II e III estão corretas.
- c) Se apenas as alternativas III e IV estão corretas.
- d) Se apenas as alternativas I, II e V estão corretas.
- e) Se todas as alternativas estão corretas.

88) Dentre as proposições abaixo, formuladas na área do Direito Processual Civil, apenas uma delas contém afirmação correta, considerado o Código de Processo Civil. Marque-a:

- a) Quando pela lei ou pelo contrato, a escolha couber ao devedor, o juiz lhe assegurará o direito de cumprir a prestação de um ou de outro modo, desde que o autor tenha formulado pedido alternativo.
- b) São requisitos da cumulação de pedidos num mesmo processo: que haja conexão entre os pedidos; que os pedidos sejam compatíveis entre si; que seja competente para conhecer deles o mesmo juízo; que seja adequado para todos os pedidos o tipo de procedimento.
- c) Só é lícito formular pedido genérico nas ações universais, se não puder o autor individuar na petição inicial os bens demandados e quando não for possível determinar, de modo definitivo, as conseqüências do ato ou do fato ilícito.
- d) Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, não sendo dado ao juiz alterar sua decisão, pois já cumpriu o ofício jurisdicional, que foi esgotado no âmbito da primeira instância.
- e) Na obrigação indivisível com pluralidade de credores, aquele que não participou do processo receberá a sua parte, deduzidas as despesas na proporção do seu crédito.

89) Relativamente ao sistema de recursos no Direito Processual do Trabalho, é correto afirmar, exceto:

- a) O efeito devolutivo em profundidade do recurso ordinário, que se extrai do § 1º. do art., 515 do CPC, transfere automaticamente ao Tribunal a apreciação de fundamento da defesa não examinado pela sentença, ainda que não renovado em contra-razões. Não se aplica, todavia, ao caso de pedido não apreciado na sentença.
- b) Havendo condenação solidária de duas ou mais empresas, o depósito recursal efetuado por uma delas aproveita as demais, quando a empresa que efetuou o depósito não pleiteia a sua exclusão da lide.
- c) Tendo a decisão monocrática de provimento ou denegação de recurso, prevista no art. 557 do CPC, conteúdo decisório definitivo e conclusivo da lide, comporta ser esclarecida pela via dos embargos de declaração, em decisão aclaratória, também monocrática, quando se pretende tão-somente suprir omissão do julgado e não a modificação do julgado.
- d) O credenciamento dos bancos para fins de recebimento de depósito recursal é fato notório e independe de prova.
- e) A contagem do quinquídio para apresentação dos originais de recurso interposto por intermédio de *fac-símile* começa a fluir do dia subsequente à interposição do recurso, se esta se deu antes do termo final do prazo.

90) Sob o prisma do Direito Previdenciário, considerando o recolhimento da contribuição previdenciária, leia e analise as proposições abaixo, assinalando a que for incorreta:

- a) A contribuição a cargo da empresa, destinada à Seguridade Social, é de apenas quinze por cento sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, relativamente a serviços que lhe são prestados por cooperados, desde que por intermédio de cooperativas de trabalho.
- b) o caso de bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, além da contribuição normal, destinada à Seguridade Social, é devida a contribuição adicional de dois e meio por cento sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas a qualquer título, durante o mês, aos segurados empregados.
- c) O Ministério do Trabalho e da Previdência Social poderá alterar, com base nas estatísticas de acidentes do trabalho, apuradas em inspeção, o enquadramento de empresas para efeito de contribuição destinada a custear a aposentadoria especial;
- d) A contribuição destinada à Seguridade Social da associação desportiva que mantém equipe de futebol profissional corresponde a cinco por cento da receita bruta, decorrente dos espetáculos desportivos de que participem em todo território nacional em qualquer modalidade desportiva, excluídos os jogos internacionais;
- e) Não se considera como remuneração direta ou indireta, para os efeitos da contribuição destinada à Seguridade Social, os valores despendidos pelas entidades religiosas e instituições de ensino vocacional com ministro de confissão religiosa, em face do seu mister religioso ou para sua subsistência, desde que fornecidos em condições que independam da natureza e da quantidade do trabalho executado.

91) Relativamente ao recurso adesivo no Direito Processual do Trabalho, é correto afirmar, exceto:

- a) O recurso adesivo é compatível com o processo do trabalho e cabe, no prazo de 8 dias, nas hipóteses de interposição de recurso ordinário, agravo de petição, de revista e de embargos, sendo necessário que a matéria nela veiculada esteja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária.
- b) O recurso adesivo fica subordinado ao principal, de modo que se o recurso principal não for conhecido, o recurso adesivo restará prejudicado.
- c) A desistência do recurso principal não está condicionada à anuência da parte que interpôs o recurso adesivo.
- d) A parte que foi totalmente vencedora, quando da decisão proferida pela Vara do Trabalho, de regra, não tem legitimidade para recorrer; todavia, pode interpor recurso adesivo condicionado, para prevenir-se de eventual provimento do recurso da parte contrária.
- e) Não é cabível a interposição, pela mesma parte, de dois recursos, principal e adesivo, porquanto, nesta hipótese, haveria ofensa ao princípio da unirecorribilidade.

92) Sendo a questão formulada na área de Direito Constitucional, relativamente à composição do Conselho Nacional de Justiça, prevista no art. 103-B da Constituição da República, não é correto afirmar que:

- a) Entre outros, integram a sua composição: um ministro do Supremo Tribunal Federal, um ministro do Superior Tribunal de Justiça, um ministro do Tribunal Superior do Trabalho e um ministro do Superior Tribunal Militar, cada um indicado pelo respectivo Tribunal.
- b) Entre outros, integram a sua composição: um desembargador de Tribunal de Justiça e um juiz estadual, ambos indicados pelo Supremo Tribunal Federal.
- c) Entre outros, integram a sua composição: um Juiz de Tribunal Regional Federal e um juiz federal, ambos indicados pelo Superior Tribunal de Justiça.
- d) Entre outros, integram a sua composição: dois advogados indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- e) Entre outros, integram a sua composição: dois cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.

93) Quanto ao ato administrativo, versando a questão sobre Direito Administrativo, não é correto afirmar que:

- a) A auto-executoriedade constitui característica de todo ato administrativo, significando que, tão logo praticado o ato, pode ser ele imediatamente executado e seu objeto imediatamente alcançado, tendo idoneidade de por si criar direitos e obrigações, submetendo a todos que se situem em sua órbita de incidência.
- b) A presunção de legitimidade constitui característica do ato administrativo não dependente de lei expressa, defluindo da própria natureza do ato emanado de agente integrante da estrutura do Estado. Referida presunção é apenas *juris tantum* e não *juris et de jure*.
- c) A característica do ato administrativo atinente à imperatividade também é conhecida como coercibilidade. Significa que o ato administrativo obriga a todos quantos se encontrem no seu círculo de incidência, ainda que o objetivo a ser alcançado contrarie interesses privados, pois o único alvo da Administração Pública é o interesse público. A imperatividade do ato administrativo é justificada pelo princípio da supremacia do interesse público.
- d) A teoria dos motivos determinantes foi desenvolvida no Direito Francês e se baseia no princípio de que o motivo do ato administrativo deve sempre guardar compatibilidade com a situação de fato que gerou a manifestação de vontade.
- e) Por mérito administrativo pode-se considerar a avaliação feita pela Administração Pública quanto à conveniência e oportunidade, relativas ao motivo e ao objeto, para prática do ato discricionário, que deve ser sempre preordenado ao interesse público. Os demais elementos do ato – competência, finalidade e forma, são vinculados em qualquer hipótese.

94) Após atenciosa leitura das proposições abaixo, todas elas concernentes ao Direito Processual Civil, e mais especificamente às condições da ação, assinale a alternativa incorreta.

- a) Na sistemática do Código de Processo Civil, tem-se que a ilegitimidade manifesta da parte pode gerar o indeferimento da petição inicial, o mesmo ocorrendo quando o autor carecer de interesse processual.
- b) A impossibilidade jurídica do pedido pode gerar o indeferimento da petição inicial por inépcia.
- c) A ausência de qualquer das condições da ação leva à extinção do processo, sem julgamento do mérito, por carência de ação, sendo elas: a possibilidade jurídica, a legitimidade das partes e o interesse processual.
- d) Estando a possibilidade jurídica do pedido enumerada como condição da ação no inciso VI do art. 267 do Código de Processo Civil, cuja ausência leva à extinção do processo sem julgamento do mérito por carência de ação, não há cogitar de indeferimento da inicial, por inépcia do pedido, quando se constatar ser ele juridicamente impossível.
- e) O juiz pode, validamente, conhecer de ofício da presença ou não das condições da ação, extinguindo o processo sem julgamento do mérito na hipótese de ausência de qualquer delas, o que pode ocorrer em qualquer tempo e grau de jurisdição, desde que não proferida a sentença de mérito. A parte deve alegar a matéria na primeira oportunidade em que lhe caiba falar nos autos, sob pena de arcar com o pagamento das custas de retardamento.

95) Tendo como foco o Direito Previdenciário, pode-se validamente fazer as seguintes afirmações, exceto:

- a) A seguridade social é financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, sempre nos termos da lei, com recursos provenientes dos orçamentos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, bem como das contribuições sociais previstas no art. 195 da Constituição da República.
- b) As contribuições sociais destinadas ao custeio da previdência social ficam a cargo do empregador, empresa e entidade a ela equiparada na forma da lei, do trabalhador e demais segurados da previdência social, do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar, recaindo também sobre a receita de concursos de prognósticos, dentre outros, nos termos da lei.
- c) As entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei são isentas de contribuição para a seguridade social, o que não exclui o direito de seus empregados a todos os benefícios previstos pelo sistema previdenciário.
- d) As contribuições sociais a cargo do empregador e incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício, a receita ou o faturamento, ou mesmo aquelas incidentes sobre o lucro, poderão ter alíquotas ou base de cálculos diferenciadas em razão da atividade econômica ou da utilização intensiva da mão de obra.
- e) Nenhum tributo, nem mesmo as contribuições sociais de que trata o art. 195 da Constituição da República, poderá ser cobrado no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que o instituiu ou aumentou.

96) Relativamente ao processo cautelar, sendo a questão formulada sob a ótica do Direito Processual Civil, é incorreto afirmar que:

- a) O arresto só pode ser concedido quando o requerente apresentar prova literal da dívida líquida e certa, demonstrando, também, mediante prova documental ou por justificação, que o devedor se encontra em uma das hipóteses previstas no art. 813 do Código de Processo Civil.
- b) Dentre outros, o seqüestro pode ser decretado em relação a bens móveis, semoventes ou até mesmo imóveis, quanto aos frutos e rendimentos do imóvel reivindicado, bem como sobre os bens do casal.
- c) No caso da produção antecipada de prova, uma vez tomado o depoimento pessoal das partes ou das testemunhas, ou feito o exame pericial, contrariamente ao que ocorre com o protesto, os autos deverão permanecer em cartório, sendo lícito aos interessados solicitar as certidões que quiserem.
- d) Sempre que o autor, nacional ou estrangeiro, residir fora do Brasil ou dele se ausentar na pendência da demanda, prestará, em todas as ações que intentar, caução suficiente às custas e honorários de advogado da parte contrária, se não tiver no Brasil bens imóveis que lhe assegurem o pagamento.
- e) Poderá ser decretada a prisão de quem recebeu o título para nele firmar aceite ou efetuar pagamento, quando o portador provar, com justificação ou por documento, a entrega do título e a recusa da devolução.

97) Analise as proposições abaixo, todas relativas aos contratos disciplinados no Código Civil (temática afeta ao Direito Civil) e assinale a alternativa correta:

I – Na compra e venda de coisa futura, apenas a declaração expressa das partes de que tinham a intenção de celebrar contrato aleatório valida o negócio jurídico, se a coisa não vier a existir na época do cumprimento do contrato.

II – Nula é a doação quanto à parte que exceder à de que o doador, no momento da liberalidade, poderia dispor em testamento, salvo a doação feita aos herdeiros necessários do doador.

III – O empréstimo transfere o domínio da coisa emprestada ao comodatário.

IV – O depósito de coisas fungíveis, em que o depositário se obrigue a restituir objetos do mesmo gênero, qualidade e quantidade, regular-se-á pelas normas sobre o contrato de mútuo.

V – O mandatário pode compensar os prejuízos a que deu causa com os proveitos que tenha granjeado ao seu constituinte.

Assinale:

- a) A proposição I é falsa e as demais são verdadeiras.
- b) proposição II é falsa e as demais são verdadeiras.
- c) proposição III é falsa e as demais são verdadeiras.
- d) Todas as proposições são falsas, exceto a proposição IV.
- e) Todas as proposições são falsas, exceto a proposição V.

98) Em face do Direito Processual do Trabalho, e considerando as normas que regem a interposição dos recursos, inclusive a jurisprudência uniforme do Colendo Tribunal Superior do Trabalho, não cabem embargos para a Seção de Dissídios Individuais de decisão de Turma do TST proferida em agravo, salvo:

I - da decisão que não conhece de agravo de instrumento ou de agravo pela ausência de pressupostos intrínsecos.

II - da decisão que nega provimento a agravo contra decisão monocrática do Relator, em que se proclamou a ausência de pressupostos intrínsecos de agravo de instrumento.

III - para revisão dos pressupostos extrínsecos de admissibilidade do recurso de revista, cuja ausência haja sido declarada originariamente pela Turma no julgamento do agravo.

IV - para impugnar o conhecimento de agravo de instrumento.

V - para impugnar a imposição de multas previstas no art. 538, parágrafo único, do CPC, ou no art. 557, § 2º, do CPC.

Assinale:

- a) Se apenas as alternativas I, III e IV estiverem corretas.
- b) Se apenas as alternativas III, IV e V estiverem corretas.
- c) Se apenas as alternativas I, II e V estiverem corretas.
- d) Se apenas as alternativas I, II e III estiverem corretas.
- e) Se todas as alternativas estiverem corretas.

99) Analise as proposições abaixo, todas elas atinentes ao Comerciante e formuladas, levando-se em conta o programa do concurso na área do Direito Comercial, para depois assinalar aquela que estiver incorreta.

- a) Os cônjuges podem contratar sociedade entre si ou com terceiros, ainda que tenham se casado no regime de comunhão universal de bens ou no da separação obrigatória.
- b) O antigo comerciante, agora denominado empresário pelo Código Civil, é aquele que exerce profissionalmente atividade econômica, organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços, inclusive quando exercer profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, sempre que o exercício da profissão constituir elemento de empresa.
- c) É facultado ao empresário, sem necessidade da outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los com ônus real.
- d) Permite-se a inscrição do empresário, cuja atividade rural seja sua principal profissão, no Registro Público de Empresas Mercantis, desde que atenda às formalidades legalmente exigidas, e, nesse caso, ficará equiparado, para todos os efeitos, ao empresário sujeito a registro.
- e) Nas hipóteses em que o representante do incapaz, que continua a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, por seus pais ou pelo autor da herança, for pessoa que, por disposição de lei, não puder exercer a atividade de empresário, nomeará, com a aprovação do juiz, um ou mais gerentes, e ainda assim não estará eximido da responsabilidade pelos atos dos gerentes nomeados.

100) Na seara do Direito Administrativo, considerando que a efetividade e a estabilidade no serviço público são conceitos distintos, não é correto afirmar que:

- a) A estabilidade é adquirida após 3 anos de serviço público efetivo; a efetividade não depende de prazo.
- b) Pode haver efetividade sem estabilidade.
- c) Pode haver simultaneamente, estabilidade e efetividade.
- d) Não pode haver estabilidade sem efetividade.
- e) Pode não haver estabilidade nem efetividade.